EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

LICENCIATURA EM

André Luiz Joanilho
Paulo Henrique Martinez

PONTA GROSSA - PARANÁ
2011

CRÉDITOS

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor Tratamento da Informação BICEN/UEPG.

J62j

Joanilho, André Luiz
História contemporânea II / André Luiz Joanilho e Paulo Henrique Martinez. Ponta Grossa : UEPG/NUTEAD, 2011.
107p. il

Licenciatura em História – Educação a distância.

1.Romantismo e Imperialismo. 2. Primeira Guerra Mundial. 3. Revolução Russa. 4. Nazismo e comunismo. 5. Guerra fria. 6. Queda do Muro de Berlim. 7. Fim do Apartheid. I. Martinez, Paulo Henrique. II. T.

CDD : 909.8

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância - NUTEAD
Av. Gal. Carlos Cavalcanti, 4748 - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR
Tel.: (42) 3220 3163
www.nutead.org
2011

APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Estadual de Ponta Grossa é uma instituição de ensino superior estadual, democrática, pública e gratuita, que tem por missão responder aos desafios contemporâneos, articulando o global com o local, a qualidade científica e tecnológica com a qualidade social e cumprindo, assim, o seu compromisso com a produção e difusão do conhecimento, com a educação dos cidadãos e com o progresso da coletividade.

No contexto do ensino superior brasileiro, a UEPG se destaca tanto nas atividades de ensino, como na pesquisa e na extensão Seus cursos de graduação presenciais primam pela qualidade, como comprovam os resultados do ENADE, exame nacional que avalia o desempenho dos acadêmicos e a situa entre as melhores instituições do país.

A trajetória de sucesso, iniciada há mais de 40 anos, permitiu que a UEPG se aventurasse também na educação a distância, modalidade implantada na instituição no ano de 2000 e que, crescendo rapidamente, vem conquistando uma posição de destaque no cenário nacional.

Atualmente, a UEPG é parceira do MEC/CAPES/FNED na execução do programas Pró-Licenciatura e do Sistema Universidade Aberta do Brasil e atua em 40 polos de apoio presencial, ofertando, diversos cursos de graduação, extensão e pós-graduação a distância nos estados do Paraná, Santa Cantarina e São Paulo.

Desse modo, a UEPG se coloca numa posição de vanguarda, assumindo uma proposta educacional democratizante e qualitativamente diferenciada e se afirmando definitivamente no domínio e disseminação das tecnologias da informação e da comunicação.

Os nossos cursos e programas a distância apresentam a mesma carga horária e o mesmo currículo dos cursos presenciais, mas se utilizam de metodologias, mídias e materiais próprios da EaD que, além de serem mais flexíveis e facilitarem o aprendizado, permitem constante interação entre alunos, tutores, professores e coordenação.

Esperamos que você aproveite todos os recursos que oferecemos para promover a sua aprendizagem e que tenha muito sucesso no curso que está realizando.

A Coordenação

SUMÁRIO

PALAVRAS DOS PROFESSORES

Caro(a) estudante

Apresentamos este livro o texto que segue para completar mais uma etapa da sua formação, buscando propor-lhe uma reflexão sobre as sociedades e o mundo no século XX. Contemporânea II procura estudar alguns aspectos do século que Hobsbawm chamou de curto século XX, pois, segundo este autor, esse período iria de 1914, eclosão da Primeira Guerra Mundial, a 1989, queda do muro de Berlim. No entanto, compreendemos que os acontecimentos têm suas ligações para aquém e além dessas datas.

Os acontecimentos que desenharam a primeira metade do século XX vinham se gestando no século XIX; aliás, podemos dizer, contraditoriamente, que é na eclosão das guerras e das revoluções que eles vão encontrar a solução, pois movimentavam paixões e forças sociais.

Poderíamos chamar o século XX de século das ideologias, pois foi este o traço marcante do período. Porém não entendemos ideologias somente como um conjunto de ideias, mas como movimentos políticos e sociais que tiveram enorme importância. Dessa forma, os nacionalismos, racismos, fascismos, totalitarismos, comunismos, anarquismos, entre outros, estiveram na cena principal do século.

Com menos força, esses movimentos ainda estão presentes, mas sofrendo as modificações do tempo que passa, quer dizer, alterando-se, porque as sociedades se modificam. Entretanto, podemos apreender que eles estiveram nos elementos fomentadores de guerras e revoluções, como você estudará nestas páginas.

Procuramos apresentar essas forças e o início de novas que estão presentes na nossa sociedade. Meio-ambiente, diversidade cultural, diversidade étnica, tolerância política e religiosa são temas atuais e nos quais muitos de nós estamos envolvidos. Portanto, procuramos estabelecer as principais discussões a respeito das formas de organização social e compreender os processos sociais envolvidos.

Bom estudo!

OBJETIVOS E EMENTA

Objetivos Geral

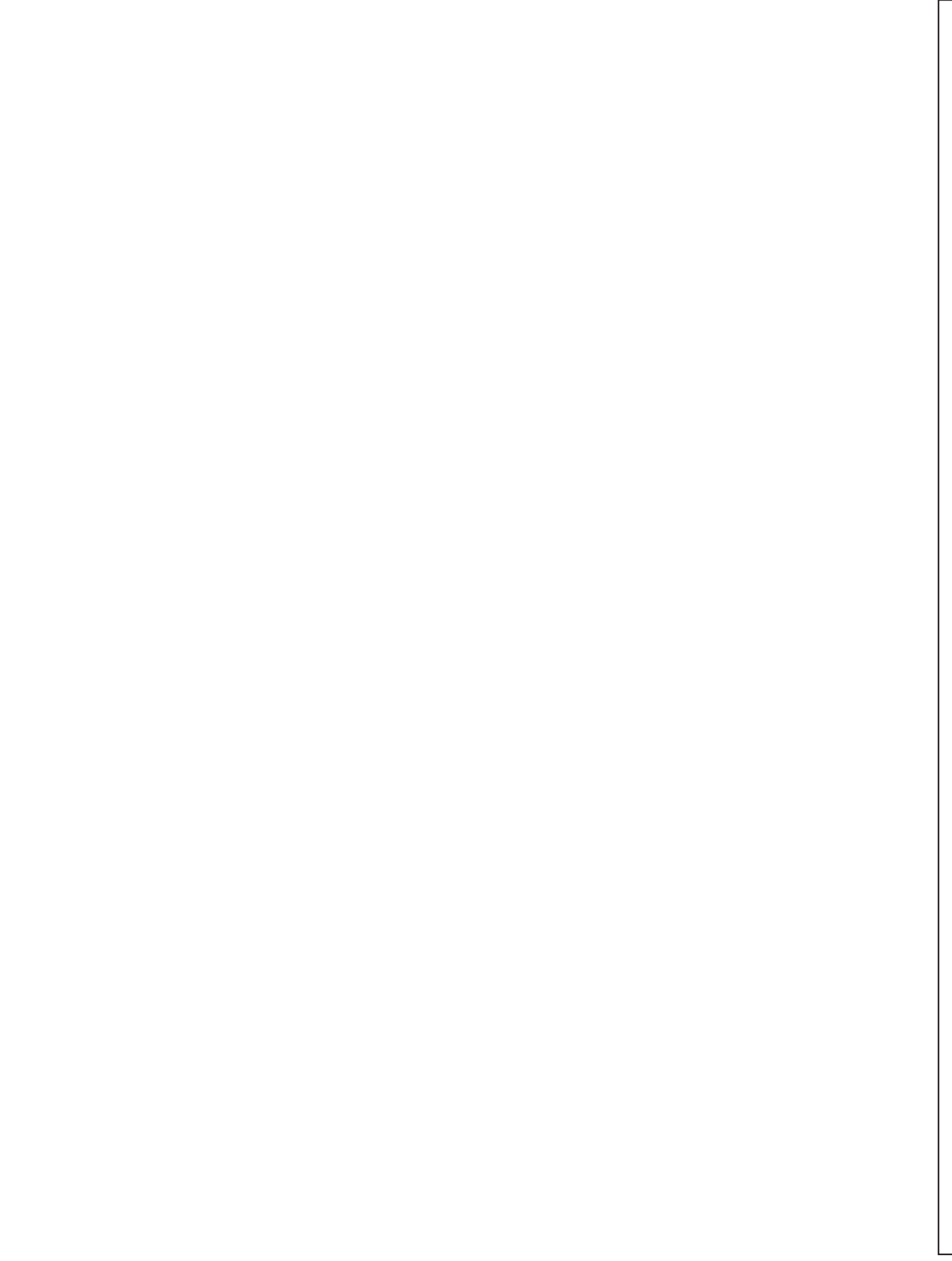
- Compreender os principais eventos históricos do século XX e a constituição do mundo contemporâneo.

Objetivos Específicos

- Estudar as formações políticas e sociais do mundo contemporâneo.
- Analisar e compreender as formações políticas e sociais atuais.

Ementa

- O imperialismo e os conflitos armados na primeira metade do século XX. A ascensão dos totalitarismos. O mundo pós-guerra. Guerra fria e o fim do comunismo. As questões ambientais.

UNIDADE I

Um só mundo... europeu - a expansão imperialista

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- Compreender nação e nacionalismo.
- Estudar o racismo.
- Analisar o confronto entre nacionalismo e comunismo.

ROTEIRO DE ESTUDOS

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Na contemporaneidade encontramos grandes acontecimentos, nos quais a zona de silêncio atingiu enormes contingentes humanos: totalitarismos e ditaduras estiveram presentes durante todo o século XX. A excrescência absoluta do silêncio foram os campos de concentração nazista, locais onde os sinais da existência humana eram completamente apagados. Neles os indivíduos, transformados em coisas, perdiam completamente qualquer identidade humana. Exemplar também é a historiografia estalinista, para a qual jamais existiu um líder revolucionário russo chamado Trotsky, mas apenas um agente imperialista contrarrevolucionário. Experiências findas? Ou tempos modernos numa sociedade atomizada?

A modernidade da sociedade industrial foi sentida em Londres e Paris nos meados do século XIX. Antes de mais é um sentimento, uma imagem construída, em primeiro lugar, a partir do otimismo no progresso e a conversão da elite na fé da ciência, tomando-a num sentido religioso. Essa elite se tornou prosélita do ideal científico e muitas vezes de pseudociências como a antropologia criminal ou as teorias raciais; afinal, o universo se desdobrara numa superfície infinita, mas passível de conhecimento. Superfície de claridade, de luminosidade em oposição às obscuridades seculares da religião, segundo a fé na ciência.

Mas, em segundo lugar, este otimismo no progresso trouxe consigo o temor das massas humanas, introduzidas nas cidades como a mão de obra desse mesmo progresso. Massas disformes, sem raízes, sem crenças, ou seja, a negação das luzes da ciência. Massa obscura descolada de tradições, estranha aos antigos habitantes das cidades – *classes dangereueses*. O seu exotismo só é comparável ao das tribos africanas e sociedades asiáticas que estão sendo integradas à força no quadro econômico e geopolítico do ocidente. É preciso descobrir esses seres exóticos, tirá-los do mundo da estranheza e trazê-los à luz.

A crença no progresso traz consigo uma ideia de totalidade humana e, ao mesmo tempo, a desumanização de vários grupos sociais. A crença num entendimento racional e a possibilidade de generalizações históricas fazem um mote para a distinção e a separação nas e das sociedades. A

civilização torna-se o paradigma para medir o grau de humanização de grupos inteiros, aproximando, nesse paradigma, os menos civilizados da animalidade. A pronta identificação é necessária para que a ordem humana não se rompa.

Essa ordem na concepção moderna do início do século XX partia de três pressupostos: "a ideia de uma ruptura radical com o passado, a concepção racionalista da história como triunfo absoluto da razão no tempo e no espaço [...], por último, a fé num progresso indefinido fundado sobre o desenvolvimento cumulativo e linear da indústria, da tecnologia e dos conhecimentos científicos" (SUBIRATS, 1986, p. 33). A sua marca é a máquina, síntese dos ideais racionais e possibilidade de acumulação infinita. Com efeito, "a máquina, ou melhor dito, o maquinismo, enquanto fenômeno por sua vez técnico-científico e civilizador, adquiriu caráter universal de um princípio de homogeneização e organização social" (Idem, p. 48). A ordem maquínica exige a perfeita organização social para o seu bom funcionamento; portanto, conhecer comportamentos, modos de vida, hábitos, desejos de agrupamentos humanos é essencial para decifrar códigos instáveis ou ilegíveis.

O olhar ganhará força nessa sociedade maquínica. Ele é fundamental onde a profusão de imagens torna quase ininteligível a leitura do espaço urbano, do espaço da expansão europeia: multidões, velocidade, códigos, sinais, ritos, deuses, ciência. Logo, o olhar deve saber separar, classificar, seguir, ordenar e também se fechar ao que não deve ser visto. Zona de penumbra, pois vê e não é visível.

É assim que se sucedem teorias sociais. O que é ser humano? Todos são? Alguns já atingiram esse *status* e outros ainda não? Como organizar? De um lado, várias teorias críticas vão encontrando o seu lugar num termo genérico: socialismo, um dos herdeiros da Revolução Francesa. De outro, teorias raciais, filhas do atomismo social e da insatisfação do *lumpenproletariado*. Delas surgem movimentos sociais que ainda reverberam no presente. Palavras aos deserdados, àqueles que sofriam a ação de uma sociedade que tinha no progresso a sua máxima, e no indivíduo isolado, o seu resultado.

Regiões de silêncios se interpuseram. Como criar um sujeito pronto para aceitar as assertivas do progresso? Como fazê-lo aceitar as normas da modernidade numa sociedade baseada no ideal da ascensão

econômica? De que modo introjetar as normas de civilidade? Questões que as ideologias tentaram responder.

Ao mesmo tempo em que imensos grupos são colocados diante de um mundo maquínico e inseridos no ideal civilizatório, perdem suas identidades, ou, ainda, são desumanizados pela classificação sistêmica, pela ordenação de suas vidas. O mundo técnico-científico lhes é estranho. Advêm, daí, teorias que aconchegam o ser num mundo solidário e crítico ao que é estranho. Zonas de conforto e de recusa da modernidade e do atomismo social. É nesse lugar que racismos, nacionalismos, fundamentalismos encontram terreno fértil.

Portanto, precisamos compreender como a contemporaneidade nos mostra práticas tão díspares, quer dizer, solidariedade e ódio, formas de integração e recusa do outro como ser humano. Assim, devemos olhar para os acontecimentos que marcam o século XX.

O primeiro a ser compreendido é a expansão europeia do século XIX, mais conhecida como Imperialismo europeu. Este foi um fenômeno sem precedentes na história, mesmo levando em conta a expansão marítima dos séculos XV e XVI e as expansões grega e romana na Antiguidade, pois transformou completamente a face do planeta, alterando o modo de vida de populações inteiras e influindo diretamente no ecossistema de todo o mundo.

Quase nenhuma região ficou fora dessa expansão, já que o seu caráter inédito está na forma de ocupação e exploração dos territórios conquistados, o que a diferencia dos acontecimentos anteriores. A expansão colonial, por exemplo, pautada no mercantilismo, visava à exploração de produtos e, no limite, à exploração de mão de obra necessária para o empreendimento mercantil; assim havia enormes lacunas devido à ocupação descontínua. Onde não havia interesse ou capacidade de colonização deixava-se de lado.

Essa forma não sistemática de exploração deixou traços bem específicos em vários países, como foi o caso do Brasil. As diferenças entre as regiões no século XIX foram heranças da ocupação colonial. Por exemplo, Recife, Rio de Janeiro e Salvador eram as cidades mais desenvolvidas na época, enquanto São Paulo, Porto Alegre, entre outras, não passavam de cidades provinciais sem nenhuma importância para o regime imperial.

O mesmo aconteceu com outras regiões do planeta. Porém tudo mudou drasticamente com a expansão imperial. Ela previa uma ocupação sistemática e contínua de territórios e a dominação de populações. Se antes, na expansão colonial, a preocupação era estender as possessões reais no século XIX, agora a expansão era do próprio Estado. Isso significava forçosamente incluir populações inteiras em nações às quais não pertenciam, isto é, das quais não faziam parte, como veremos.

Dessa maneira, o imperialismo impôs aos mais diferentes povos um modo de vida que lhes era estranho. Religião, política, economia, sociedade, enfim, todos os aspectos da vida foram impostos pelos europeus aos povos que estavam sob seus domínios. Todos os continentes tinham, a partir do século XIX, as marcas europeias da expansão imperialista.

Porém a realização desse domínio territorial e populacional teve como fundamento teorias raciais que diziam ser o branco europeu superior aos povos dominados: justamente por isso é que eles podiam dominar. Em parte, o nacionalismo, que nasceu nas guerras napoleônicas, conformou as práticas expansionistas, pois se considerava que a Europa havia atingido o mais alto grau da civilização, por isso ela tinha o direito de impô-la a outros povos. Com a publicação da *Evolução das Espécies*, de Charles Darwin, em 1856, alguns pensadores fizeram uma leitura enviesada do livro e chegaram à conclusão de que os europeus eram superiores não só em termos de civilização, mas também eram racialmente melhores, por isso eram dominantes.

Assim, nesta unidade vamos estudar como funcionou essa nova forma de exploração e suas consequências.

SEÇÃO 1
ROMANTISMO E IMPERIALISMO

É possível entender que o romantismo, na sua forma mais conservadora, prevê o colonialismo, e este retoma aquele, mas num sentido diferente, o da experiência totalitária. Do homem romântico ao

indivíduo no totalitarismo há o aprendizado colonial, fazendo a ligação entre essas duas pontas. É evidente que a ligação não é direta nem causal, porém pode ser vista como possibilidade, pois uma das correntes do romantismo nos apresenta o ser humano como senhor do destino, domando os acontecimentos. Em termos, é o homem colonial que realiza esse ideal, porém é necessário o espírito prático, portanto prescinde do idealismo. Dessa maneira, podemos compreender o empreendimento colonial como essencialmente burguês, mas executado justamente pelos que estavam à margem das classes sociais no século XIX, como veremos na próxima seção.

Entretanto, os estudos sobre o imperialismo raramente ultrapassam explicações que vêm de longa data e ganham uma imagem cristalizada. Pode-se traçar pelo menos duas que se destacam: a de Hobson e a de Lênin. Para o primeiro, o imperialismo e a experiência colonial decorrem da má distribuição de renda e dos trustes que requerem mercados coloniais, sendo estes perniciosos para os Estados. Para o segundo, o imperialismo é um estágio do capitalismo, ou melhor, a sua última etapa, cujas contradições inerentes o fariam soçobrar, permitindo o surgimento de uma nova sociedade.

As duas análises marcaram o debate entre dois tipos de historiografia que podem ser chamadas, respectivamente, de liberal e marxista. De um lado, as forças políticas determinariam a expansão; de outro, as forças econômicas. É claro que uma não exclui a outra, a questão está na determinação, em última instância, de um acontecimento.

Talvez procurar causas ou determinações em última instância não seja o papel do historiador. A sua atenção deve voltar-se para um conjunto de modificações no cenário europeu do século XIX. A tecnologia, a ciência, a expansão demográfica, a formação de grandes conglomerados, os governos imperiais, as teorias raciais, o romantismo compõem um quadro no qual não é possível separar acontecimentos e linhas causais. Cada um desses elementos aponta para o imperialismo.

A colonização não é possível sem uma visão de mundo, ou ainda, uma mentalidade colonial. Podemos chamá-la assim em oposição à expansão europeia anterior, do século XIX a fins do século XVIII. Esta, presa no quadro do *Ancien Régime*, em linhas gerais glorificava o mercantilismo e o Estado absolutista, junto com a mentalidade guerreira medieval.

Já no imperialismo, uma outra mentalidade entra em cena, e antes de denominá-la simplesmente de burguesa, devemos perceber que também é um produto do movimento artístico e intelectual denominado de romantismo. É dele que surge a possibilidade de o homem europeu se pensar enquanto portador de um projeto civilizador, isto é, enquanto alguém imbuído de uma missão.

No romantismo o homem surge como o ser da vontade, possuidor e dominador das potências naturais, exaltado na sua singularidade individual. Herói mítico que domina o curso dos acontecimentos e os coloca em marcha. A exaltação do indivíduo revelava a possibilidade de dar um sentido humano à história, de retirar dos monarcas, da Igreja o poder de decisão dos destinos, inaugurando uma era dessacralizada na qual o homem estabelece o seu papel social e, consequentemente, histórico.

Nesse sentido, as artes no romantismo, ou pelo menos parte delas, desenvolveram e exaltaram esse novo homem. Homem telúrico que emergia das forças naturais e as dominava, mas também homem histórico, pois realiza em si a *ratio* da civilização, isto é, a sua própria história. Como exemplo temos, em Michellet, a história da França sendo representada por duas figuras: a feiticeira e o povo (títulos de duas obras deste historiador). A primeira, pelo seu caráter feminino, representa as forças subterrâneas que gestam o povo. Este, por sua vez, realiza socialmente o que foi idealizado pela feiticeira. Dessa forma, metaforicamente, o artista completava o missionário, o aventureiro colonial, o arrivista, o explorador, para quem a ordem era se lançar no torvelino dos acontecimentos para dominá-los, submetê-los às paixões humanas e, finalmente, dar-lhes um sentido.

Já o homem colonial subsequente, o burguês conquistador, este sim, vazio de paixões, pode empreender a colonização definitiva por ser racional. A aventura e o desbravamento se devem ao homem romântico; a empresa colonial, a exploração comercial e o domínio se devem ao burguês racional. O cálculo de um lucro prescinde do gênio ou do herói.

O romantismo, ao exaltar as forças naturais, exaltava também o homem ligado a sua terra, ou seja, à nação. Lugar de reencontro de tradições e das potências originais. As línguas nacionais, as culturas, os costumes permitem ao homem da nação o encontro com seu passado e

a determinação de seu futuro. Tal projeção sobre grupos nacionais fez com que os Estados europeus assumissem para si a própria ideia de nacionalidade e de superioridade cultural com a posterior noção de superioridade racial.

A nação aviva a rivalidade entre os Estados, pois sua afirmação é a negação do vizinho. Princípio paradoxal, pois a superioridade do Estado só se faz pela expansão, que se tornou fundamento político, social e econômico em meados do século XIX. Mas a expansão foi feita em detrimento da nação.

O Estado é o resultado histórico de uma nacionalidade, porém, ao assumir este papel, vê-se na premência de se expandir e, ao se expandir, suplanta a nacionalidade que o originou, pois precisa incorporar outros povos. Assim, o romantismo que revelou ao Estado a nação tornou-se propulsor da mentalidade colonial, submetendo a nação ao império. Esse foi o momento da burguesia.

O Estado expansionista passou a ser o perfeito parceiro comercial para a burguesia que o financia acreditando no retorno dos investimentos coloniais. Firmou-se o contrato entre grandes financistas e o expansionismo dos Estados europeus. Navios a vapor e quinino permitiram a penetração na África e Ásia, lugares até então quase proibidos aos europeus, e a sua fixação dependeu da eficiência das armas e de uma administração colonial efetiva e dominante.

Os capitais acumulados na Europa não se confinavam mais nos espaços nacionais. As ferrovias mostravam a necessidade de abrir espaços para investimento privado. A indústria algodoeira dava sinais de fadiga, principalmente após 1815, quando a taxa de lucro mostrava tendência firme e constante de queda, tanto que o capital exigido para abrir uma fábrica de tecidos era pequeno.

A Inglaterra se tornaria um país tecelão com uma casta de ricos perdulários, se não investisse em bens de capitais. Até 1830 pouco cresceu a indústria do aço, que conheceu o seu melhor momento nas guerras napoleônicas. Porém as ferrovias tiraram essa indústria do seu lento crescimento. Entre 1830 e 1850 a produção de ferro na Inglaterra subiu de 680 mil para 2.250.000 toneladas (HOBSBAWN, 1985). As estradas de ferro apontam para as possibilidades da nova era industrial. Energia retirada das profundezas, o fogo produz o vapor necessário para

movimentar máquinas sobre trilhos que, por sua vez, foram construídos sobre planícies e vales com a certeza da conquista. Triunfo do homem sobre as forças naturais.

Enormes capitais foram investidos nessa nova indústria, abrindo possibilidades para um capital represado por não ter onde ser investido. Traçou-se, nesse momento, o encontro entre a burguesia financeira e o Estado expansionista. O capital abandonou rapidamente o campo restritivo da nação, realizando-se na sua própria exportação. Grandes somas são investidas na expansão imperial e nas novas colônias.

O aventureiro e o missionário encontraram no Estado financiado pelo capitalista o mecenas para a realização do ideal civilizatório. Após estes, viriam as tropas coloniais e a demarcação de territórios, os protetorados e as zonas de influência. Antes de tudo, era necessário aos Estados imperiais garantirem mercados para os seus produtos e fontes de matérias- primas. A economia tornou-se a política dos governos europeus. Foram os Estados industrializados que se lançaram na expansão colonial.

Cecil Rhodes não passaria de um pobre andarilho atrás de ouro e diamantes, se não requeresse a presença do governo inglês para proteger seus negócios e estabelecer o domínio racial sobre as populações locais e sobre os bôeres - figura típica da expansão colonial.

Os bôeres são colonos sul-africanos descendentes, na sua maioria, de holandeses calvinistas que se instalaram em regiões da África do Sul nos séculos XVII e XVIII. Lutaram contra a dominação inglesa, mas foram vencidos, e o país se tornou colônia britânica com certo grau de autonomia até a independência total em 1961.

A falta de oportunidades pelo excesso demográfico proporcionou à aventura colonial a mão de obra necessária para empreender a conquista. O aventureiro, o arrivista eram excrescências da industrialização, enquanto a população pobre era o excedente para as colônias. Produtos da era industrial.

Convém lembrar que o neocolonialismo só se efetivou após 1870. A tecnologia tornou possível a ocupação no interior da África e Ásia. Ferrovias, navios a vapor, telégrafo, quinino e armas potencializaram a expansão imperial. Concomitantemente, grandes conglomerados se tornaram monopolistas. A depressão econômica, que vai de 1873 a 1896,

obrigou as grandes empresas a abandonarem a administração familiar, buscando racionalizar a produção e implantar técnicas administrativas. Nesse sentido, tomando o índice de 100 para os anos de 1860, a economia capitalista cresceu ao nível de 614 em 1913, concentrando o capital em poucas empresas monopolistas.

Podemos compreender o interesse capitalista no Estado. Era necessário expandir o capital em áreas fora do espaço nacional. Dessa maneira, o colonialismo se tornou fundamental para a existência do grande capital. Entretanto, a ocupação política e militar de várias áreas na África e na Ásia produziu um tipo específico: o administrador colonial.

É tradicional nas análises sobre o neocolonialismo encarar os administradores coloniais como simples agentes do imperialismo. Podemos entendê-los como sendo um pouco mais do que isso: eram agentes de uma nova política administrativa, como veremos adiante. Esta política se baseava na eficácia dos meios e não nos objetivos finais, isto é, a colônia era o meio pelo qual se atingiria a eficácia administrativa, prescindindo de direitos civis, questão crucial nas metrópoles, mas completamente ignorada nas colônias, nas quais o administrador pretendia atingir um *optimum* de exploração justificado pela sua superioridade racial e denegação de qualquer igualdade.

Fruto da expansão, o administrador se encontra distante da nação, isto é, das regras políticas do país de origem. Implantava nas colônias rituais administrativos e legais que conhecia, mas desconectados dos direitos adquiridos pelo cidadão no Estado de origem. Isso criou um vácuo político entre a sociedade colonizada e a administração, pois a questão de direitos era uma questão dos colonizadores.

Desconsiderando especificidades, os administradores entendiam as possessões como meios para os Impérios. Governavam por meio de decretos e não permitiam que a nação interviesse na política colonial. Daí o paradoxo entre Império e Nação, que estudaremos em seguida.

SEÇÃO 2
O IMPERIALISMO E AS NAÇÕES

Havia uma grande contradição entre a expansão imperial e a nação, pois, seguindo os princípios da nacionalidade, que surgiu com força na Revolução Francesa e se tornou uma ideologia no início do século XIX, como esse sentimento de pertença poderia se expandir para outros povos que não faziam parte do pacto original? Quer dizer, como a nacionalidade poderia ser exportada para povos que não participaram da sua constituição? Antes de responder a estas questões, devemos entender o nacionalismo e o imperialismo como ideários políticos e econômicos.

No início do século XIX, o

> nacionalismo fora identificado com movimentos liberais e radicais, bem como com a tradição da Revolução Francesa. Em outras partes, porém, o nacionalismo não se identificava necessariamente com nenhuma das cores do espectro político. Entre movimentos nacionais que ainda careciam de Estados próprios encontramos alguns que se identificavam com a direita, outros com a esquerda, e outros, ainda, indiferentes a ambas (HOBSBAWM, 1988, p. 204).

Ou seja, o nacionalismo era visto como uma ideologia e práticas de grupos que desejavam afirmar a cidadania com base no pacto social, isto é, a origem da soberania de um determinado povo estaria num hipotético pacto feito num tempo imemorial. Desse modo, haveria uma origem comum, e o poder emanaria do próprio povo. Tal perspectiva era contrária àquela da ideologia monárquica. É por isso que a ideia de nação se opunha, naquele momento, às monarquias absolutas e era vista como radical.

No entanto, de crítica à monarquia, o nacionalismo foi, aos poucos, vinculado a políticas reacionárias e excludentes, quer dizer, o seu caráter se modificou totalmente, passando a fazer parte do ideário de políticos de direita que acabaram instigando a expansão da nação como parte da política nacionalista, como também a sua imposição a outros povos. Isso aconteceu em quase todos os países que tinham colônias ou pretendiam ter maior espaço territorial. Logo haveria dois grupos de países: aqueles que reivindicavam mais territórios em detrimento de seus vizinhos (Alemanha, Itália, Rússia e Império Austro-húngaro) e aqueles que, além dos problemas de vizinhança, buscavam mais territórios fora da Europa

(Inglaterra, França, Alemanha, Itália).

O domínio territorial passou a ser sinal de força, e os nacionalistas de direita desejavam impor o seu modelo de Estado e nação. Evidentemente que tal política levada adiante somente poderia desembocar numa intensa competição entre Estados nacionais e, como foi previsto na época, em guerras violentas entre competidores. Porém, para muitos, o fortalecimento do Estado via expansão parecia natural e desejável, tanto que muitos partidos políticos pautaram seus programas nas conquistas territoriais como um dos objetivos a serem alcançados.

Assim, entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, uma expansão feroz tomou conta dos principais Estados europeus: "Entre 1876 e 1915, cerca de um quarto da superfície continental do globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia, entre meia dúzia de Estados. A Grã-Bretanha aumentou seus territórios em cerca de dez milhões de quilômetros quadrados, a França em cerca de nove" (HOBSBAWM, 1988, p. 91), e assim por diante. Imperialistas ingleses diziam que "o sol nunca se punha no Império Inglês", tomando a expressão criada durante o governo de Felipe II na Espanha no século XVI.

Caricatura do início do século mostrando a Inglaterra e seus domínios. (http://profjoaodehistoria.files.wordpress.com/2010/02/imperialismo.jpg)

Essa expansão tinha como principal argumento o aumento da força do Estado através da conquista de territórios. Se isso agradava aos nacionalistas de direita, agradava muito mais ao capitalismo, pois:

> o imperialismo surgiu quando a classe detentora da produção capitalista rejeitou as fronteiras nacionais como barreira à expansão econômica. A burguesia ingressou na política por necessidade econômica: como não desejava abandonar o sistema capitalista, cuja lei básica é o constante crescimento econômico, a burguesia tinha de impor essa lei aos governos, para que a expansão se tornasse o objetivo final da política externa (ARENDT, 1989, p. 156).

Desse modo, o pilar econômico sustentava as intenções expansionistas de muitos grupos nacionalistas. Tanto que no final do século XIX surgiu um novo termo para o fenômeno: Imperialismo. "A palavra (...) foi introduzida na política nos anos 1870, e ainda era considerada neologis-

mo no fim da década" (HOBSBAWM, 1988, p. 92). Podemos dizer que se, de um lado, esse fenômeno se apoiou na economia, de outro, fundou-se sobre as concepções nacionalistas da segunda metade do século XIX.

O mais surpreendente nesse acontecimento foi a capacidade de difundir as relações de produção capitalistas para todos os cantos do planeta, e, com efeito,

> o fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido (HOBSBAWM, 1988, p. 95).

Evidentemente essa expansão se dava em detrimento de muitos povos, inclusive dentro da própria Europa, o que causava a contradição que citamos acima. Os estados nacionais se expandiam em territórios ocupados por povos que não tinham a mesma origem. Como poderia a Inglaterra ocupar territórios indianos e proclamá-los como parte do seu império? Quer dizer, como um país poderia levar suas instituições políticas e sociais (econômicas já havia se mostrado possível) para povos que não participaram de sua constituição? Por exemplo, o Parlamento inglês no final do século XIX era o resultado da história da própria Inglaterra; logo, não seria lógico ele estender leis inglesas para o povo indiano. Assim, o único modo de o Estado imperial expandir a sua política era exportando para as colônias formas políticas de força, quer dizer, a tirania.

Não era possível aos corpos políticos nacionais levarem suas práticas constituídas historicamente para outros povos, pois, mesmo sendo democráticas, elas deveriam ser de todo modo impostas. Vejamos: "A estrutura nacional do Reino Unido tornara impossível a pronta assimilação e incorporação dos povos conquistados; a Comunidade Britânica nunca foi – apesar do nome – uma 'Comunidade de Nações', mas sim um herdeiro multiterritorial do Reino Unido em que os ingleses quiseram ver *uma* só nação espalhada pelo mundo" (ARENDT, 1989, p. 157). Assim, as instituições políticas das metrópoles apareciam aos povos dominados como instituições tirânicas, impondo uma lei estrangeira.

A ação das nações imperialistas foi tentar cooptar as classes dirigentes das áreas colônias – se não existisse, criava-se uma – para expansão da

sua política. As burguesias coloniais logo se acomodavam sob o manto imperial, pois havia a garantia de benesses quase equivalentes entre essas classes e as burguesias imperiais.

Aos povos dominados restavam duas alternativas: aceitar plenamente a gerência de potências externas, ou refutá-las, buscando na sua história formas políticas adequadas. E "sempre que o Estado-nação surgia como conquistador, despertava a consciência nacional e o desejo de soberania no povo conquistado" (Idem, Ibid.).

Hannah Arendt nos dá o exemplo do caso francês:

> Assim foi que os franceses incorporaram a Argélia como província da nação-mãe, sem jamais conseguirem impor suas leis a um povo diferente. Ao contrário, acabaram respeitando a lei muçulmana e concedendo status especial aos cidadãos árabes nominalmente franceses, o que produzia a híbrida insensatez de um território juridicamente francês, que por lei era tão parte da França quanto o Département de La Seine, mas cujos habitantes, supostamente cidadãos franceses, não eram cidadãos franceses, pois adquiriam a consciência de sua diferenciação nacional quando a perderam legalmente, por imposição (1988, p. 157).

Essa política expansionista teve resultados drásticos nas lutas de libertação que os países dominados levaram adiante durante todo o século XX, tendo consequências ainda na forma como o mundo está dividido entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, como veremos na Unidade III. Portanto, ao exportar a nação, as metrópoles acabaram exportando o sentimento nacional.

Com efeito:

> A inerente contradição entre o corpo político da nação e a conquista como mecanismo político tornou-se óbvia desde o fracasso do sonho napoleônico (...). O fracasso de Napoleão na tentativa de unir a Europa sob a bandeira francesa indicou que a conquista leva o povo conquistado ao despertar de sua consciência nacional e à consequente rebelião contra o conquistador ou a tirania deste. E, embira a tirania, por não necessitar de consentimento, possa dominar com sucesso povos estrangeiros, só pode permanecer como forma de poder se destruir, antes de mais nada, as instituições nacionais do seu próprio povo (ARENDT, 1989, pp. 158-159).

Desse modo, a expansão imperial não poderia deixar de exportar também a revolta, e, contraditoriamente, um dos sentimentos exportados foi o nacionalismo para as áreas coloniais, pois ao cooptarem as classes dirigentes, as metrópoles ofereciam uma educação "cosmopolita" aos seus filhos. Muitos estudavam em escolas de elite ou, até mesmo, na própria

metrópole. Ao receberem uma educação "ocidental" acabavam tomando contato não só com a história do Estado imperial, mas também com as contestações que ocorriam no seu interior. Aprendiam o despertar do nacionalismo nas metrópoles e viam como o poder central era questionado pelas classes trabalhadoras.

Logo, muitos filhos das burguesias coloniais, educados segundo os padrões ocidentais, entravam em choque com os valores imperiais, organizando partidos nacionais ou grupos independentistas, para o estupor das gerações mais velhas, já adaptadas ao colonialismo. Lutas de libertação nacional surgiram em várias regiões do planeta. Se a ordem capitalista impôs a globalização como parâmetro para o acúmulo de capitais, ela trouxe também a globalização dos movimentos de independência e, consequentemente, a derrocada do próprio imperialismo.

Porém cabe ressaltar que se, por um lado, o imperialismo fracassou em tentar manter um mundo dominado territorialmente por alguns países, por outro lado, ele acabou impondo uma ordem mundial pautada em nações, isto é, o nacionalismo se tornou um padrão mundial. Antigas formas de organização social como tribos, clãs, reinos, califados, etc. foram submetidas ao Estado-nação, desaparecendo ou se descaracterizando quase que totalmente.

Hoje discutimos as nações com base no ideário nacionalista que surgiu com força na Revolução Francesa. Portanto, a nossa discussão acerca dos governos é o grau de desenvolvimento econômico e o grau de democracia de cada um, como se houvesse uma escala para medir quanto um país é avançado ou não. Mas, para concluir, não deixam de ser parâmetros criados na Europa em finais do século XVIII.

SEÇÃO 3
RAÇA E CIDADANIA

Vimos na seção anterior o que representou a expansão imperial das nações europeias no século XIX. Ela foi marcada pela ideologia do nacionalismo que, apesar de se impor a áreas coloniais, acabou

sendo revertida contra as próprias metrópoles. Porém esse ideário era acompanhado por outro, que ganhou força, no final do século XIX, a ponto de se tornar uma ideologia à parte: o racismo.

O fracasso do Estado-nação em impor as suas instituições em áreas coloniais não foi simples fruto da derrota das práticas imperialistas. Como vimos, o grande problema era expandir a história, os costumes, a língua, etc. para povos que não participaram da constituição desses elementos, isto é, não compactuavam historicamente das mesmas instituições. Assim, as metrópoles, não podendo exportar o seu estado de direito, exportavam tirania. Mas a tirania não era pautada na pura força, quer dizer, não era somente através da violência, pois não teria alguma durabilidade, e não podemos nos esquecer de que somente após a Segunda Guerra Mundial os países dominados conseguiram suas independências. Desse modo, a tirania vinha acompanhada da ideologia do progresso, em primeiro lugar, e do racismo, em segundo lugar, cooptando as elites das áreas coloniais.

Já tivemos a oportunidade de estudar a ideologia do progresso em Moderna II (cf. Unidade IV – O Iluminismo). Ela se expandiu durante o século XIX e se tornou uma ideia dominante, sobretudo no pensamento científico. Aliás, ela se torna a base de todo o pensamento do século XIX. As nações europeias são dominantes porque elas progrediram, portanto, são superiores. Pelo menos esta era uma ideia corrente. Com a publicação do livro de Charles Darwin, muitos ideólogos da superioridade viram nele a prova cabal de que a própria espécie humana estava submetida à lei do progresso, portanto, alguns humanos estavam "mais adiantados" na escala evolutiva do que outros.

Esse raciocínio serviu de base para o pensamento racial, isto é, para as diferenças de raças que existiam entre os seres humanos. Hoje sabemos que isso não tem o mínimo fundamento científico, pois não há raças no gênero humano, sendo o correto dizer que existem etnias, isto é, diferenças culturais e étnicas. No entanto, no século XIX, a ideia de superioridade racial foi amplamente aceita na Europa, impondo um padrão de raciocínio e comportamento que corroborava com as práticas imperialistas.

Assim, ao conquistarem territórios além-mar, as potências europeias afirmavam levar a eles a civilização, tendo em vista que os povos conquistados eram considerados racialmente inferiores e, deste ponto de

vista, os conquistadores estariam adiantando o relógio evolutivo desses povos, pois, de acordo com o darwinismo imperialista, todos os seres humanos atingiriam o grau de civilização do europeu ao longo do tempo. Dessa forma, o confortável argumento de civilizar povos atrasados servia aos propósitos expansionistas das metrópoles.

Porém já vimos que apesar do verniz civilizatório, o grande interesse era contar, em primeiro lugar, com fornecimento de produtos necessários às metrópoles, justamente aqueles que não podiam ser encontrados nelas. Ferro, cobre, alimentos, tudo aquilo que, em termos estratégicos, faltava aos estados imperialistas era buscado com avidez em áreas coloniais. E, em segundo lugar, podia-se contar com um mercado consumidor cativo, pois se impunha às áreas coloniais a aquisição dos produtos manufaturados nas metrópoles. Portanto:

> A Malaia cada vez mais significava borracha e estanho; o Brasil, café; o Chile, nitratos; o Uruguai, carne; Cuba, açúcar e charutos. Na verdade, à exceção dos EUA, mesmo as colônias de povoamento (Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, etc.) fracassaram em sua industrialização (nesta etapa), porque também ficaram presas na gaiola da especialização internacional (HOBSBAWM, 1988, p. 98).

As áreas coloniais ficavam presas ao fornecimento de matérias-primas e como mercados consumidores de produtos metropolitanos, criando uma dependência econômica de grandes proporções, pois não desenvolviam um mercado interno com base na industrialização, o que já havia ocorrido nos estados imperialistas. Isso acarretou no enorme atraso econômico e social dessas áreas. Mas, além das matérias-primas e mercado consumidor, havia uma grande utilidade para os territórios dominados: válvula de escape do excesso populacional das metrópoles.

A Revolução Industrial havia criado condições para absorção de parte da mão de obra, porém não conseguia dar conta de absorver braços que buscavam as cidades por melhores condições de vida. Massas desejavam empregos nas indústrias que, apesar das péssimas condições de trabalho, ainda proporcionavam melhores salários do que no campo. Mas não havia emprego para todos. A melhor saída para esses países era "exportar" o excedente de mão de obra. Tratados como uma mercadoria, trabalhadores pobres se viam compelidos a emigrarem se desejavam ter algum modo de manter a própria existência. Os países que possuíam áreas coloniais podiam promover o povoamento dessas áreas em detrimento

dos nativos. Foi o que aconteceu com o Canadá, a Austrália, a Argélia, a Nova Zelândia e assim por diante. Outros simplesmente expulsavam os pobres em direção de países que os acolhessem; foi assim com o Brasil, a Argentina e os EUA, entre outros. Assim, muitos imperialistas viam a emigração como uma válvula de escape:

> A partir do momento em que o grande imperialista Cecil Rhodes observou em 1895 que, para evitar a guerra civil, era preciso se tornar imperialista, a maioria dos observadores se conscientizou do assim chamado 'imperialismo social', isto é, da tentativa de usar a expansão imperial para diminuir o descontentamento interno por meio de avanço econômico ou reforma social, ou de outras maneiras (HOBSBAWM, 1988, p. 105).

Já nas colônias de exploração, como a maioria dos países africanos e asiáticos, o excedente populacional era, em parte, recrutado para os exércitos de ocupação, fornecendo "carne de canhão" suficiente para conter possíveis rebeliões ou simplesmente impor o domínio colonial. Esses soldados coloniais podiam ser facilmente substituídos em caso de baixa, o que acontecia com frequência.

Além dessa "exportação", vimos que a ideologia racial era bastante difundida, gerando um sentimento de pertencimento racial que teve graves consequências em relação à ocupação e domínio de áreas coloniais. Muitos ocupantes sentiam-se mais nacionais ou mais brancos nos territórios dominados do que em suas próprias pátrias. Vejamos:

> Na verdade, somente longe de casa um cidadão da Inglaterra, da Alemanha ou da França podia ser apenas inglês, alemão ou francês. Em seu país, enredava-se de tal forma em interesses econômicos ou lealdades sociais que se sentia mais como um membro de sua classe num país estranho do que um homem de outra classe em seu próprio país. A expansão deu nova vida ao nacionalismo e, portanto, foi aceita como instrumento de política nacional. Os membros das associações colonialistas e ligas imperialistas sentiam-se 'bem distantes das lutas partidárias' e, quanto mais se afastavam da pátria, mais acreditavam 'representar apenas o propósito nacional' (ARENDT, 1989, p. 184).

Esta prática tornava o imperialismo não apenas aceitável, mas desejável em termos nacionais. Os governos recebiam apoio de todas as classes para a expansão, inclusive da própria classe operária que via no imperialismo a possibilidade de levar a luta anticapitalista para todo o mundo. Na prática isso não acontecia, pois

> a sensação de superioridade que uniu brancos ocidentais – ricos, classe média e pobres – não se deveu apenas ao fato de todos eles desfrutarem de privilégios de governante, sobretudo quando efetivamente estavam nas colônias. Em Dacar ou Mombaça, o mais modesto funcionário era um amo e era aceito como *gentleman* por pessoas que nem teria notado sua existência em Paris ou Londres; o operário branco era um comandante de negros (HOBSBAWM, 1988, p. 107).

No entanto, não eram expatriados simplesmente operários e camponeses, mas justamente aquela parcela da população que não se encaixava perfeitamente numa classe, justamente o *lumpenproletariado*. Logo, uma aliança entre a burguesia expansionista e esta ralé foi empreendida. Estes dois setores eram os mais entusiastas da expansão imperial.

O termo *Lumpenproletariado* é de origem alemã e pode ser traduzido por esfarrapado. Ele foi definido por Marx na obra *A Ideologia Alemã*. Ele se refere a esta categoria social como composta de pessoas que viveriam como operários, porém se identificavam com a burguesia. Muitas vezes eram utilizados para reprimir o operariado e viviam de negócios escusos, preferindo a ilegalidade a se assumirem como pertencentes aos trabalhadores. Na obra *O Dezoito Brumário* de Luís Bonaparte, Marx faz uma análise desse estamento social como contrarrevolucionário.

Sobre essa questão podemos seguir o que afirma Hannah Arendt:

> A aliança entre a ralé e o capital está na gênese de toda política imperialista. Em alguns países, particularmente na Grã-Bretanha, essa nova aliança entre os demasiados ricos e os demasiados pobres limitou-se às possessões de ultramar (...). Em outros países, particularmente na Alemanha e Áustria, essa aliança realizou-se em casa sob a forma dos movimentos de unificação, enquanto na França ela se refletia na chamada política colonial. O objetivo desses movimentos era, por assim dizer, 'imperializar' toda a nação (e não apenas sua parte 'supérflua'), concatenar a política doméstica com a política externa de modo a organizar o país para a pilhagem de territórios alheios e a degradação permanente de povos estrangeiros (1988, pp. 184-185).

Ao exportarem lumpen, as potências européias exportavam também a política de superioridade e tirania, pois os elementos desse estamento social se sentiam mais patriotas longe da pátria porque não precisavam se reportar às classes, mas ser somente agentes nacionais em território colonial. Eles se sentiam livre dos laços de solidariedade de classe e podiam ser superiores aos nativos.

No entanto, essa superioridade branca logo se converteu em

superioridade racial, o que, de certo modo, entrou em contradição com a própria ideia de Nação. A ideia de raça se opunha à de nacionalidade pelo simples fato de que a primeira tratava de um aspecto biológico enquanto a segunda se referia a uma condição jurídica de nascimento. Isso quer dizer: raça ultrapassa as fronteiras nacionais. Por exemplo, se seguirmos o raciocínio racial alguém poder ser ariano, não importando em qual país nasceu. Logo, o conceito de raça dispensa o de nacionalidade.

Essa questão é importante na medida em que vemos nela o nascimento das práticas racistas do século XX, especialmente o nazismo, mas que teve influência aqui no Brasil, onde o pensamento racial penetrou profundamente nas elites na passagem do século XIX para o XX. Podemos medir as consequências dessas práticas ainda hoje no nosso país. A ideologia racial que afirma ser o branco ocidental superior ainda persiste na sociedade. Ela pode ter perdido um pouco da sua força, mas mantém vivos sentimentos de superioridade e exclusão.

Vimos como o nacionalismo no início do século XIX era uma teoria e um movimento que se opunha às monarquias e era radical. Nesse mesmo momento surgiu o socialismo. Ele, na realidade, é quase um "irmão" mais novo do nacionalismo, mais radical na sua forma de pensar a sociedade. É também herdeiro da Revolução Francesa, se diferenciando do seu "irmão" mais velho porque deseja incluir toda a sociedade na mudança política. Não era improvável, no século XIX, alguém ser ao mesmo tempo nacionalista e socialista, isto é, desejar que a nação fosse a fonte da soberania e que todos os cidadãos tivessem uma vida digna e igualitária.

Com o avançar do século, o nacionalismo se tornou cada vez mais reacionário, pois combinava uma visão estreita de república com liberalismo econômico e, no final do século, esteve de braços dados com o racismo, apesar de que este último prescinde da nação, como vimos acima. Já o socialismo, por sua vez, afastou-se do nacionalismo para se tornar uma ideologia cosmopolita, quer dizer, internacional. Afinal, seguindo a fórmula de Marx, "todos os operários do mundo deveriam unir-se". Assim, herdeiro da Revolução, o socialismo é a forma mais radical de republicanismo, pois prevê a igualdade efetiva entre os cidadãos.

Estudamos essa forma política e suas variantes em História Contemporânea I (Unidade IV), portanto não cabe retomar os detalhes.

O que nos interessa é o fato de o socialismo ter se tornado adversário do nacionalismo no final do século, cultivando formas mais radicais como o comunismo.

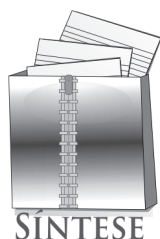
Assim, no início do século XX, desenhou-se um conflito ideológico que também se tornou um conflito efetivo. O nacionalismo agravava a ideia de exclusivismo ou de superioridade, sentimento alimentado pelo racismo pseudocientífico de finais do século XIX. Já o comunismo punha em marcha a ideia de que somente o proletariado era quem detinha a chave da história, portanto caberia a ele mudar tudo através da revolução.

De um lado, havia um nacionalismo que se tornou extremamente beligerante; e de outro, não menos beligerante, o movimento comunista que, entretanto, buscava se internacionalizar. Enquanto as potências europeias impunham o seu domínio em áreas coloniais, enfrentavam internamente movimentos operários cada vez mais radicais. O primeiro levava as nações a um conflito que podia degenerar (como degenerou) em guerra. O segundo abria uma disputa social interna que podia levar à revolução, como aconteceu em muitos países.

Dessa forma, o nacionalismo se tornou uma ideologia que se contrapunha totalmente ao comunismo, se tornando bandeira do *lumpen*, pois a expansão imperial favorecia justamente esse estamento social que se aliava à burguesia. Esta, por sua vez, utilizava o *lumpen* como tropa de choque contra as intenções do operariado, especialmente os comunistas. Muitas vezes, em vários países, batalhas de rua aconteciam entre nacionalistas (leia-se *lumpen,* ou como Hannah Arendt os chamou, ralé) e comunistas.

Com maiores apelos emocionais, o nacionalismo se impunha cada vez mais. As massas se rendiam a ele, pois tinha um efeito grande sobre a moral dos indivíduos. Enquanto trabalhadores eram espoliados pelo capital, estes, como membros de uma determinada nação, podiam se sentir superiores. Aqui é possível compreender o enorme apoio do povo que as potências tiveram na sua política expansionista e beligerante em direção aos seus vizinhos.

A corrida armamentista no início do século XX pôde ser executada graças ao apoio populacional. Os estados europeus dirigiam-se a um conflito e, com exceção dos comunistas e alguns pacifistas, não encontravam opinião contrária.

A política de alianças das potências antes da Primeira Guerra as levava a um jogo de interesses que não poderia ser resolvido a não ser através do conflito, e foi exatamente isso que ocorreu. A eclosão da guerra não se restringiu às potências envolvidas, mas engolfou todo o planeta, atingindo inclusive a América. Áreas coloniais também se tornaram campos de batalha e, pela primeira vez na história, um conflito entre nações se tornava mundial, como veremos adiante.

Nesta unidade nós vimos a expansão imperial de potências europeias e as suas consequências para a presente configuração do mundo. Ela não se fez simplesmente com base num movimento econômico, na necessidade de expansão do capital industrial e financeiro, mas também tomando por base teorias sociais. Duas tiveram papel fundamental: o nacionalismo e as teorias raciais.

O domínio de áreas territoriais na Ásia, África e, em menor número, na América foi aceitável para os Estados-nações europeus porque propunha a supremacia da nação sobre seus concorrentes. Essa ideia era atrativa para vários estamentos sociais que viam nisso a chance de superarem as dificuldades internas e se imporem perante vizinhos também ansiosos de supremacia. Como corolário dessa prática, temos o racismo que era imposto aos povos dominados. Os europeus dominavam o planeta porque eram brancos, quer dizer, estavam, segundo o racismo pseudocientífico do século XIX, no ápice da escala evolucionária da espécie humana, portanto, podiam dominar.

Assim, o nacionalismo, que nasceu como teoria contestatória da monarquia, tornou-se uma ideologia reacionária, aliando a burguesia à ralé (lumpem) contra o movimento operário oriundo do socialismo do século XIX. O enfrentamento das duas correntes se dá com mais força no início do século XX, quando as nações imperiais entram em conflito pelo domínio de mais territórios ou pela supremacia sobre determinados povos na própria Europa. O resultado foi a Primeira Guerra Mundial, como veremos adiante.

Filme: “O ovo da serpente”. Dir. Ingmar Bergman, 1977 (Alemanha/Estados Unidos). O filme mostra a Alemanha destruída após a Primeira Guerra e os primeiros passos em direção ao nazismo.

Livro: “1984” de George Orwell
O livro apresenta uma possível sociedade totalitária. São Paulo: Ibep/Nacional, 2003.

1 – Faça uma síntese do nacionalismo e do racismo.
2 – Leia o documento abaixo e relacione-o com a Unidade.

DOCUMENTO

O texto abaixo é uma análise sobre os movimentos nacionalistas que ocorreram não só na Europa, mas em várias partes do mundo.

"Esse fenômeno, formado de elementos tão diversos, tira sua unidade do fato nacional. A Europa justapõe grupos lingüísticos, étnicos, históricos, portanto de natureza e origem dessemelhantes, que se consideram nações. Assim como o movimento operário nasceu ao mesmo tempo de uma condição social, que constitui o dado objetivo do problema, e de uma tomada de consciência dessa condição pelos interessados, o movimento das nacionalidades supõe ao mesmo tempo a existência de nacionalidades e o despertar do sentimento de que se faz parte dessas nacionalidades. O fenômeno, portanto, não conta como força, não se torna um fator de mudança senão a partir do momento em que passa a se integrar no modo de pensar, de sentir, que passa a ser percebido como um fato de consciência, um fato de cultura.

Como tal, ele interessa a todo o ser, ele se endereça a todas as faculdades do indivíduo, a começar pela inteligência. O movimento das nacionalidades no século XIX foi em parte obra de intelectuais, graças aos escritores que contribuem para o renascer do sentimento nacional; graças aos lingüistas, filólogos e gramáticos, que reconstituem as línguas nacionais, apuram-nas, conferem-lhes suas cartas de nobreza; graças aos historiadores, que procuram encontrar o passado esquecido da nacionalidade; graças aos filósofos políticos (a idéia de nação constituía o centro de alguns sistemas políticos). O movimento toca também a sensibilidade, talvez mais ainda do que a inteligência, e é como tal que ele se transforma numa força irresistível, que ele provoca um impulso.

Enfim, ele faz com que intervenham interesses e nele encontramos

as duas abordagens, a ideológica e a sociológica, conjugadas. Com efeito, os interesses entram em ação quando, por exemplo, o desenvolvimento da economia apeia para o excesso dos particularismos, para a realização da unidade. E assim que devemos encarar o lugar do Zollverein na unificação alemã. Na Itália, é a burguesia comerciante ou industrial que deseja a unificação do país, pois vê nessa idéia a possibilidade de um mercado maior e de um nível de vida mais elevado.

Desse modo, na origem desse movimento das nacionalidades, confluem a reflexão, a força dos sentimentos e o papel dos interesses. Política e economia interferem estreitamente, e é justamente essa interação que constitui a força de atração da idéia nacional pois, dirigindo-se ao homem em sua integridade, ela pode mobilizar todas as suas faculdades a serviço de uma grande obra a ser realizada, de um projeto capaz de despertar energias e de inflamar os espíritos. [...]

Enquanto o domínio do liberalismo fica por muito tempo limitado à Europa Ocidental, todos os países – ou quase todos – conheceram crises ligadas ao fato nacional, mesmo aqueles nos quais a unidade era o resultado de uma história várias vezes secular. Quase todos se encontram às voltas com problemas de nacionalidade: a Grã-Bretanha, com o problema da Irlanda, que se torna cada vez mais grave, transformando-se num problema interno dramático; a França, com a perda da Alsacia e da Lorena em 1871, conserva até a guerra de 1914 a nostalgia das províncias perdidas; a Espanha, onde o regionalismo basco, o particularismo catalão entram em luta com a vontade unificadora e centralizadora da monarquia.

Se isso acontece no que respeita aos países da Europa Ocidental, onde a unidade nacional é antiga, ocorre com muito mais razão quando nos deslocamos para leste, onde as fronteiras ainda são instáveis, onde a geografia política ainda não tomou forma definitiva, onde as nacionalidades estão à procura de si mesmas e em busca de expressão política. A. Itália e a Alemanha, para as quais o século XIX é o século de sua futura unidade, a Áustria-Hungria, os Bálcãs, o Império Russo, com as províncias alógenas que resistem à russificação, têm problemas de nacionalidade. Mesmo os países aparentemente mais pacíficos estão às voltas com problemas de nacionalidade, como a Dinamarca, com a guerra dos ducados em 1862, a Suécia, que se

desmembra em 1905, a Noruega, com sua luta pela secessão. Fora da Europa, podemos mencionar o nacionalismo dos Estados Unidos; os movimentos da América Latina; o Japão, onde o sentimento nacional inspira o esforço de modernização; a China, onde a revolta dos boxers, em 1900, constitui um fenômeno nacionalista.

O fato nacional, portanto, aparece em escala mundial e não constitui sua menor singularidade o fato de esse movimento, que representa a afirmação da particularidade, constituir-se talvez no fato mais universal da história. Ele está presente na maioria das guerras do século XIX. Trata-se de uma característica que diferencia as relações internacionais anteriores e posteriores a 1789. Na Europa do Antigo Regime, as ambições dos soberanos eram o ponto de origem dos conflitos. No século XIX, o sentimento dinástico deu lugar ao sentimento nacional, paralelamente à mudança da soberania da pessoa do monarca para a coletividade nacional. As guerras da unidade italiana, da unidade alemã, a questão do Oriente, tudo isso procede da reivindicação nacional. (...)

A idéia nacional, por sua necessidade de se associar a outras idéias políticas, de se amalgamar com certas filosofias, pode entrar, por isso, em combinações diversas, que não são predeterminadas. A idéia nacional pode se dar bem, indiferentemente, com uma filosofia de esquerda ou uma ideologia de direita. Aliás, entre 1815 e 1914, o nacionalismo contraiu aliança com a idéia liberal, com a corrente democrática, muito pouco com o socialismo, na medida em que este se define como internacionalista, embora, entre as duas guerras, delineiem-se acordos imprevistos entre a idéia socialista e a idéia nacionalista. Essa espécie de indeterminação do fato nacional, essa possibilidade de celebrar alianças de intercâmbio, explicam as variações de que a história nos oferece mais de um exemplo. Elas explicam, notadamente, que existiam dois tipos de nacionalismo, um de direita e outro de esquerda; um mais aristocrático, outro mais popular: o primeiro, de tendências conservadoras e tradicionalistas, escolhe seus dirigentes e seus quadros entre os notáveis tradicionais: o segundo visa à democratização da sociedade e recruta seu pessoal nas camadas populares." (René Remond. **O século XIX – 1815-1914**. Vol. 2. São Paulo: Cultrix, 1976, pp. 149-152, apud http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/)